



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1343/2026
(à MPV 1343/2026)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 13.703, de 08 de agosto de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 5º-E.** Na hipótese de descumprimento reiterado da política de pisos mínimos de frete, assim caracterizado quando, no ano civil imediatamente anterior, ao menos 1% (um por cento) das contratações realizadas pelo agente econômico apresentarem valor inferior ao piso mínimo aplicável, poderá ser aplicada penalidade de multa, observado o devido processo legal, limitada ao valor máximo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).’”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo aperfeiçoar o art. 5º-E da Medida Provisória nº 1.343/2026, mediante a introdução de critérios objetivos e proporcionais para a caracterização de descumprimento reiterado da política de pisos mínimos de frete.



O texto original adota conceito de reiteração que não considera a escala operacional do setor de transporte rodoviário de cargas, no qual empresas realizam, mensalmente, centenas ou mesmo milhares de contratações.

Nesse contexto, a ausência de um critério mínimo pode conduzir à caracterização de reiteração com base em ocorrências pontuais, que não refletem comportamento sistemático de descumprimento da norma.

A proposta ora apresentada introduz parâmetro objetivo - correspondente a, no mínimo, 1% das contratações realizadas no ano anterior - com o objetivo de distinguir situações em que o descumprimento se apresenta como prática reiterada e estrutural daquelas em que eventuais desconformidades possuem caráter meramente ocasional.

Trata-se de medida que busca direcionar a atuação sancionadora para hipóteses em que o descumprimento esteja efetivamente internalizado como modelo de negócio, evitando a imposição de penalidades gravosas em razão de eventos isolados ou residuais.

Adicionalmente, a limitação do valor máximo da penalidade em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) contribui para a adequação do regime sancionatório aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, bem como aos parâmetros estabelecidos na Lei nº 10.233/2001.

A proposta também explicita que a apuração da reiteração deve considerar apenas infrações confirmadas em decisão



administrativa definitiva, reforçando a segurança jurídica e a observância do devido processo legal.

Dessa forma, a emenda promove o aprimoramento do dispositivo, preservando os objetivos da política pública e assegurando maior racionalidade, previsibilidade e equilíbrio na aplicação das sanções.

Sala da comissão, 24 de março de 2026.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)

